

Introdução

A FALSA PRIORIDADE

Luís Roberto Barroso¹

Meu grande projeto na vida sempre foi o de ser professor. Sobretudo um professor. Jamais me arrependi da escolha que fiz. Dou aula na Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ há exatos quarenta anos. A vida, generosamente, trouxe-me outras realizações, mas nenhuma se compara a essa. A educação constitui uma das minhas grandes aflições no Brasil, notadamente a educação básica. Essa é a única razão pela qual aceitei, imprudentemente, escrever esta Introdução. Nela faço breve resenha do trabalho de Antônio Góis e algumas reflexões sobre o tema – mas sinto-me no dever de sugerir ao leitor que salte diretamente para o livro e pule esta parte, que a ele não agrega valor. Trata-se apenas de um testemunho de apreço e admiração pela devoção com que o autor se dedica, há anos, infatigavelmente, a refletir e divulgar conhecimentos e informações sobre a educação no Brasil.

I. UMA NOTA PESSOAL

Estudei a maior parte da minha vida em escola pública, desde o jardim de infância até o vestibular. Meus pais até podiam pagar uma escola privada, mas havia uma dificuldade: os principais colégios particulares da época eram católicos. E eu sou filho de mãe judia e pai católico. Não tendo passado pelos ritos próprios da religião na minha infância, as escolas não me aceitariam nem minha mãe queria. Por essa razão, tive de ir para escolas públicas e estudei no Cícero Pena (Jardim), na Escola Roma (Primário) e no Pedro Álvares Cabral (Ginásio). Tenho a lembrança de que eram colégios exemplares. Puxando pela memória, não me lembro de ter tido sequer um colega negro ao longo de todo o período. A escola pública era o domínio da classe média, naquela segunda metade dos anos 60 e início dos anos 70.

Essa foi a primeira lembrança que me veio à mente ao começar a ler o importante livro de Antônio Góis. Logo ao início, ele denuncia o erro grave de diagnóstico de que a escola pública era muito melhor antigamente. A escola pública nem pública era.

¹ Professor Titular da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Ministro do Supremo Tribunal Federal.

Apropriada privadamente pelas elites, ela refletia apenas mais um capítulo da exclusão social brasileira. Neste pequeno grande livro, o autor conta uma história triste, de desigualdades, egoísmos, mediocridades, escolhas equivocadas e falsas prioridades. Por sorte, a história ainda não acabou; e gente como ele trabalha com afinco para que ela mude de curso e tenha final feliz. Assim será.

II. O AUTOR E SUA OBRA

Antônio Góis é uma dessas pessoas que vivem efetivamente o que pregam: no caso dele, transformou a educação em uma prioridade verdadeira na sua vida. Enquanto o país não faz isso, ele se dedica à missão de buscar diagnósticos corretos, projetos bem-sucedidos, pessoas que merecem ser ouvidas e soluções possíveis para os problemas educacionais brasileiros. Só o conheço pela leitura de seus artigos e livros, mas tenho a sensação de que somos próximos. Há uma frase boa de Vinícius de Moraes em que ele diz: “A gente não faz amigos, a gente os reconhece”. Creio ter sido o que se passou conosco. É verdade que eu já fui com grande boa vontade: Antônio teve a sorte grande na vida de ser filho de Ancelmo Góis, um dos grandes do jornalismo brasileiro, querido e admirado por muitas gerações de leitores.

Não vou aqui detalhar a biografia do autor, mas apenas lembrar que ele já trabalhou nos principais meios de comunicação do país – inclusive Folha, CBN e, atualmente, O Globo – e já recebeu os mais cobiçados prêmios do jornalismo brasileiro: Esso, Embratel, Folha, Undime e Andifes. Além disso, foi *fellow* em duas importantes universidades estrangeiras, Michigan e Columbia. Sempre voltado para a educação, Antônio Góis já publicou livros aclamados pelo público específico, como *Quatro Décadas de Gestão da Educação no Brasil*, com depoimentos de ex-ministros da Educação desde o governo Figueiredo, e *Líderes na Escola*: o que fazem bons diretores e diretoras, e como os melhores sistemas educacionais do mundo os selecionam, formam e apoiam. Num tempo em que as pessoas acham muita coisa sem nunca terem procurado, Antônio se destaca pelo conhecimento de causa e por sua dedicação à causa.

O Ponto a que Chegamos: duzentos anos de atraso educacional e seu impacto nas políticas do presente foi escrito em linguagem simples, acessível e elegante. Com base em dados e autores relevantes, Antônio Góis narra, na primeira parte da obra, a história da educação no Brasil, passando pelo Império, Primeira República Estado Novo, Entre Ditaduras e Redemocratização. Na segunda parte, a investigação se volta para as políticas do presente,

equacionando, crítica e propositivamente, temas como financiamento, analfabetismo, melhora da qualidade, motivação de professores, repetência e desigualdades, entre outros. Tudo feito com paixão e realismo.

Ao percorrer as páginas bem pensadas e bem escritas do livro, o leitor fica sabendo de algumas das variadas causas do atraso educacional brasileiro, a começar pela principal delas: a desigualdade extrema existente entre nós desde as origens. As razões para os desequilíbrios sociais na América Latina e no Brasil são muitas e remontam ao modelo aristocrático de concessão de terras e ao regime de trabalho, fundado na escravização. A questão social brasileira não pode ser dissociada da questão racial. Como apontado no livro, negros, mesmo libertos, não tinham acesso à escola, fosse por “seleção natural” ou por proibição expressa.

A falta de recursos suficientes, adequados e bem geridos foi, também, causa relevante para nos reter na história. A ela se soma, como noticia Antônio, a má distribuição de competências entre o governo federal e os estados, com crônica omissão por parte da União. A descentralização, nessa matéria, ao contrário do ocorrido em outros países, não funcionou bem, por falta de recursos, de preparo e de visão. As oligarquias brasileiras nunca viram na educação o caminho para o progresso, mas apenas para a apropriação do Estado e a manutenção de privilégios. Este passado que não quer passar vem de longe e é estigmatizado por diferentes autores. Darcy Ribeiro, em um texto intitulado *Sobre o óbvio*, fornece um exemplo alegórico do caráter excludente das elites dominantes no Brasil. Narra, assim, um pedido veemente feito pela Vila de Itapetininga, em São Paulo, ao Imperador Pedro II, para que lhes desse uma escola de alfabetização:

“E a queria com fervor, porque ali – argumentava – havia vários homens bons, paulistas de quatro e até quarenta costados, e nenhum deles podia servir na Câmara Municipal, porque não sabiam assinar o nome. Queria uma escola de alfabetização para fazer vereador, não uma escola para ensinar todo o povo a ler, escrever e contar. (Queria) capacitar a sua classe dominante, sem nenhuma ideia de generalizar a educação”².

² Darcy Ribeiro, *Sobre o óbvio. Encontros com a Civilização Brasileira* 1:9, 1978.

Em seu diagnóstico severo e necessário, Antônio Góis aponta outro fator que impactou a evolução da educação no Brasil: a descontinuidade das políticas públicas, disfunção que vem desde o Império. Legislação, modelos educacionais e pessoas são substituídos e alterados em profusão, com mudanças nos fins visados e nos meios utilizados para atingi-los. Foram raros os exemplos de permanência mais longa de Ministros da Educação à frente de suas pastas, tendo sido as exceções Gustavo Capanema (1935-1945), no Estado Novo, Paulo Renato (1995-2003), no governo Fernando Henrique, e Fernando Haddad (2005-2012), nos governos Lula e Dilma. Entre 1985 e 1994, como apurou Antônio, foram 9 Ministros. Na última década, isto é, de 2012 para cá, o país já teve mais de uma dezena de Ministros da Educação, todos com passagens fugazes e praticamente nenhuma formação adequada em políticas educacionais.

A comparação com outros países não é animadora. Na Prússia, hoje integrada à Alemanha, desde o início do século XVIII Frederico Guilherme I determinou a obrigatoriedade do ensino elementar em todo o reino. Nos Estados Unidos, desde o início do século XIX, os Estados do Norte impunham a oferta de educação pública e gratuita, alcançando percentuais elevados de alfabetização da população. Entre nós, o ensino fundamental só veio a ser universalizado, no papel, nos anos 70 do século passado e, no mundo real, nos anos 90. E a universalização do ensino médio ainda não foi concluída, apesar da determinação que vem desde 2009. No tocante a investimentos, em 1983 o Brasil aplicava 2,8% do PIB em educação, quando a Coreia aplicava 7,7%. Sem surpresa, o PIB *per capita* do Brasil em 1960 era 2,5 vezes o da Coreia e, hoje, é de 1/3. Na corrida da educação, ficamos atrás, inclusive, de nossos vizinhos latino-americanos, como México, Argentina, Chile, Costa Rica e Uruguai.

Não é o caso de se prosseguir destacando os múltiplos pontos altos do livro, com dados que documentam o nosso atraso histórico e o registro de alguns avanços importantes, que não devemos tratar com desimportância. São muitos os *insights* e as informações que iluminam o conhecimento do leitor, como o aumento da escolaridade após a redemocratização, as consequências negativas da repetência e a constatação importantíssima que merece ser destacada, porque essencial para compreender o processo educacional e seu impacto sobre as novas gerações:

“[A] falta de investimento no passado gera um custo que é transmitido para as gerações seguintes, pois a escolaridade e renda

dos pais é o principal fator a explicar o desempenho das crianças em sala de aula”.

II. BREVE REFLEXÃO FINAL SOBRE O TEMA

Em homenagem ao autor e inspirado por ele, compartilho algumas das minhas próprias reflexões sobre o tema, todas alinhadas com as ideias deste livro. Apesar das declarações tonitruantes, a educação básica no Brasil não tem sido tratada como prioridade verdadeira. Com exceção da permanência mais prolongada de Paulo Renato e Fernando Haddad – períodos em que houve efetivo avanço –, Ministros têm se sucedido segundo a lógica do varejo político. Nos dias em que escrevo estas linhas, início de abril de 2022, o último Ministro da Educação vem de ser exonerado, em meio a um escândalo envolvendo favorecimentos, pastores e bíblias. Trata-se do terceiro ministro a cair no mesmo governo, o que apenas confirma a tese da descontinuidade. Não há política pública que resista a esse tipo de fragmentação. O País precisa de um plano estratégico, suprapartidário, de curto, médio e longo prazos, que não esteja à mercê dos prazos e das circunstâncias eleitorais.

Como visto, a universalização da educação básica no Brasil se deu com grande atraso, um século depois dos EUA. Elites extrativistas e autorreferentes adiaram, ao longo de quase todo o século XX, a democratização do acesso ao ensino público. Nas últimas décadas, porém, houve um inegável processo de inclusão. Os problemas, todavia, ainda são dramáticos: a escolaridade média é de 7,8 anos, inferior à média do Mercosul (8,6 anos) e dos BRICS (8,8 anos). Cerca de 11 milhões de jovens entre 19 e 25 anos não estudam nem trabalham, apelidados de “nem nem”. Alguns dos grandes problemas da educação básica no Brasil são:

(i) Não alfabetização da criança na idade certa. De acordo com a Base Nacional Comum Curricular, a alfabetização deve se dar, desde 2020, no 2º ano do Ensino Fundamental. Em larga proporção, isso não ocorre. Problemas associados a não alfabetização são os altos índices de reprovação e a defasagem idade/série;

(ii) Evasão escolar no Ensino Médio. Existem 10 milhões de jovens entre 15 e 17 anos. Cerca de 3 milhões deles estão fora da escola, entre os que não se matriculam, os que abandonam o estudo e os que são reprovados por falta. Isso impacta a renda, a produtividade e as opções de emprego dessas pessoas, além de aumentar o risco de violência e cooptação pela

criminalidade. A necessidade de trabalhar e a falta de atratividade de currículos defasados são apontadas como principais causas; e

(iii) Déficit de aprendizado. Problema gravíssimo é detectado pelos sistemas de avaliação nacionais e estrangeiros: o jovem conclui o Ensino Fundamental e o Ensino Médio sem ter aprendido fundamentos básicos de Linguagem, Ciência e Matemática. Estamos no fim da fila no PISA, prova organizada pela OCDE para aferir o nível de aprendizado de jovens de 15 anos. O fato revela os críticos problemas de qualidade do ensino, ao ponto de que mais escolaridade não tem significado aumento na produtividade. Sem mencionar o analfabetismo funcional, que identifica os indivíduos incapazes de interpretar textos simples ou de fazer operações matemáticas elementares.

Não existe bala de prata em matéria de Educação, como anotou Antônio Góis. É preciso um plano estratégico, suprapartidário, com objetivos de curto, médio e longo prazos bem definidos e perseguidos com políticas públicas consistentes e constantes. Abaixo, três ideias – em meio a muitas –, alinhadas com o pensamento de Antônio Góis, que constituem consensos importantes nessa matéria:

(i) Atração e capacitação de Professores

Este é um dos pontos nevrálgicos da Educação básica no Brasil: a pouca atratividade da carreira do magistério. Há problemas de valorização institucional e, conseqüentemente, dificuldade de atrair valores para os seus quadros. Sem desmerecer a dedicação e o talento de muitos professores vocacionados e abnegados, os dados demonstram que, nos últimos tempos, os cursos de Pedagogia são escolhidos pelos que têm rendimento abaixo da média no ENEM. Há problemas de formação de professores, de condições de trabalho, de infraestrutura das escolas e limitações quanto à remuneração. É preciso tratar o magistério como uma das profissões mais importantes do país, elevar a capacitação dos professores e aumentar a atratividade da carreira, com incentivos de naturezas diversas.

(ii) Escola em tempo integral

A ampliação do tempo de permanência na escola de cinco para oito horas é providência reconhecida como decisiva para o avanço da Educação básica. Naturalmente, é necessário atentar para a qualidade desse tempo extra, com medidas curriculares e extracurriculares. Os Estados da Federação que adotaram programas de escolas em tempo integral, como Espírito Santo e Pernambuco, destacaram-se nos resultados do IDEB (Índice de Desenvolvimento da Educação básica). De acordo com dados do INEP (Instituto Nacional de

Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira), menos de 10% dos alunos do sistema de Educação básica estudam em tempo integral.

(iii) Ênfase na Educação Infantil

Documentos do Banco Mundial e pesquisadores reconhecidos internacionalmente atestam que o principal investimento a ser feito em Educação básica é a partir das primeiras semanas de vida da criança. Nessa fase, o cérebro é uma esponja que absorve todas as informações que lhe são transmitidas. Esse é o momento de se assegurar que a criança receba nutrição adequada, afeto, respeito, valores e conhecimentos básicos. Embora o papel da família seja determinante, o fato é que, em um país como o Brasil, com tantos lares desfeitos, a escola precisa, em um percentual bastante relevante, suprir demandas que muitas vezes a criança não terá atendidas em casa. Mas as creches têm que ser de qualidade, quer nos seus professores, quer nas condições mínimas de infraestrutura. Pesquisas demonstram que boas creches contribuem de maneira significativa para o desenvolvimento do potencial das crianças, enquanto creches de má qualidade possuem, inclusive, efeitos contraproducentes.

Uma observação final: também existe consenso entre os especialistas – e comprovações empíricas mundo afora – de que a mera injeção de recursos, sem aprimoramento da gestão, sem projetos concretos e consistentes, não é capaz de trazer resultados significativos.

III. CONCLUSÃO

Saio finalmente do caminho. A expansão, qualificação e evolução da educação básica são os únicos caminhos para a prosperidade dos povos e a emancipação das pessoas. A deficiência na educação básica tem como consequência vidas menos iluminadas, trabalhadores menos produtivos e elites intelectuais menos preparadas para pensar soluções para os problemas nacionais. A importância da educação avulta, exponencialmente, na era da Revolução Tecnológica, com a economia do conhecimento e da inovação rompendo fronteiras. Vivemos o admirável mundo novo da tecnologia da informação, da biotecnologia, da nanotecnologia, da impressão em 3D, da computação quântica, dos carros autônomos e da internet das coisas. Um tempo em que o aprendizado deve ultrapassar os conhecimentos convencionais para incluir, além da gramática e da matemática, como aponta o livro, pensamento crítico, capacidade de resolver problemas complexos e criatividade.

Para superar o atraso que nos reteve na história, a educação precisa ser, verdadeiramente – e não retoricamente –, uma real prioridade. Antônio Góis nos oferece, em relato objetivo e preciso, um inventário dos desacertos do passado, das dificuldades do presente e acende algumas luzes para um futuro mais promissor. Para quem queira se juntar, com informação de qualidade e reflexões pertinentes, ao movimento crescente que vê na educação o único caminho possível para o florescimento do país, este livro oferece um excelente conjunto de diagnósticos, ideias e sugestões. Tive o privilégio de lê-lo em primeira mão, com prazer e proveito.

Brasília, 3 de abril de 2022.